

Caros colegas...

O mês de setembro traz à lembrança página histórica do Estado do Rio Grande do Sul, 20.09.1845, a chamada data Farroupilha, quando é comemorada a revolução civil ocorrida no sul entre 1835 e 20 de setembro de 1845, data da assinatura de acordo de paz entre rebeldes gaúchos, ditos farroupilhas e o governo central imperial do País.

Importante considerar: para entender determinada sociedade, nada melhor que conhecer sua história, é sobre a data de 20 de setembro que o texto se detém. Um Rio Grande do Sul no século XIX, um tempo de transições políticas importantes...

A Formação Histórico-Social

Na época do Brasil Colonial (1500/1822), a Capitania do Rio Grande de São Pedro, atual Estado do Rio Grande do Sul - RGS, por sua posição geográfica no extremo sul da América e proximidade física a territórios da Espanha, tornou-se região vulnerável a disputas territoriais e interesses econômicos entre as metrópoles ibéricas, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Suas fronteiras definitivas ocorreram somente ao longo do século XIX.

Por conta dessas tensões, a região do atual RGS foi zona militarizada, originalmente pouco povoada e diversa em suas procedências: povos originários (indígenas), homens brancos e mestiços andantes, os chamados “changadores”, que pouco entendiam a propriedade privada, a criação de gado e a produção agrícola.

Diante de um espaço fronteiriço em disputa, no século XVIII a metrópole portuguesa elevou a região à Capitania-Geral de São Pedro do Rio Grande, com objetivos de maior integração territorial, garantir a soberania portuguesa frente à presença castelhana visto que poderia acarretar, além da perda territorial, perdas econômicas significativas.

No início do século XIX, a existência de acelerado processo de independência de regiões da América espanhola passou a representar ameaça à Portugal.

Ao mesmo tempo, prosperava, em parte da elite sul-riograndense, forte descontentamento sentindo-se prejudicados por razões políticas e econômicas; havia circulação crescente de ideais libertários em grupos intelectuais influenciados por correntes político-filosóficas europeias; geralmente, reuniam-se em sociedades secretas (lojas maçônicas),

Com o passar do século XIX, foi crescendo a existência de ideário por maior autonomia administrativa e financeira entre os rio-grandenses, predominando em discussões e grupos políticos, também influenciados por movimentos político-filosóficos europeus de raiz iluminista, difundidas no mundo ocidental.

A influência intelectual iluminista apresentava alternativas para implantação de novos sistemas políticos e estruturas governamentais, entre eles o Estado Federal, cuja organização baseava-se em Estados com autonomia administrativa e financeira, porém, subordinados a um ente central, como adotados em países europeus e nos Estados Unidos da América.

A seleção do trecho a seguir, publicado pela primeira vez em 1882, permite dimensionar as raízes do forte sentimento ideológico de Federação, existente em meados do século XIX, na Província do Rio Grande do Sul.

.[...] Em todo caso, exactas ou não, estas observações, o que é real, o que é inegável, porque é um facto, - é que, fossem quais fossem as forças que agirão no princípio, delas saiu como resultante uma população duma plasticidade tal que rapidamente, em menos de quatro gerações, adaptou-se plenamente ao meio cósmico em que foi lançada e apresentou a mais frisante originalidade. Este é o facto culminante, que tenho por firme e inabalável. Quando a revolução de 1835 se foi preparando no animo da província, ja esta possuía um caracter propriamente seu, usos, costumes e tendências característicos. Era mesmo esse o tempo da originalidade: as forças naturais havia realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos. Datava de pouco mais de um século o período de povoamento da província, e é verdade que esse tempo é minimamente estreito para a realização dum facto desta ordem, que regularmente exige o curso de muitos séculos; por isso mesmo é preciso, considerar as propriedades e condições energias do meio em que a nova população se formou e as disposições particulares para afeiçoar-se a esse meio que os elementos constitutivos dela ofereciam. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 21).

Firmando a pesquisa sobre características históricas do povo rio-grandense, a transcrição acima é de Joaquim Francisco de Assis Brasil (*1858+1934), político republicano e integrante da chamada Geração 1870, contemporâneo dos intensos protestos contra a monarquia e representação política do RS no Congresso Nacional Constituinte de 1890,

para criar a primeira Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Imprescindível destacar o fato da representação política rio-grandense, enquanto Capitania-Geral e Província, consistia num pequeno grupo, via de regra, formado por grandes proprietários de terra, criadores de gado e exportadores de charque para o resto do país, permitindo afirmar que o Rio Grande do Sul era dominado, politicamente, por oligarquias agrárias, até então ajustadas às decisões centralizadas do governo português (PICCOLO, 1991, p. 19).

Com o processo de Independência do Brasil (1822), estabeleceu-se a estrutura imperial hereditária organizada com a outorga da primeira Constituição Política do Império do Brasil, em 25.03.1824, outorgada por D. Pedro I; a Carta monárquica estabelecia a garantia da unidade territorial formada por todos os súditos brasileiros e uma nação livre e independente, organizada e estruturada em um modo de governo imperial com quatro poderes de Estado: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. Transformava as Capitanias-Gerais em Províncias, estabelecia o voto censitário (vinculado à renda do cidadão).

Em 07.04.1831, D. Pedro I abdica ao trono em favor de seu filho, Príncipe D. Pedro. O Império ficaria sob a Regência de três pessoas até o príncipe atingir a maioridade, o que o tornaria Imperador D. Pedro II.

Durante a Regência, o Ato Adicional de 1834 estabeleceu maior autonomia administrativa e financeira às gestões provinciais; também previa a implantação das Assembleias Legislativas.

Na Província Rio-grandense, a reunião de instalação ocorreu em abril de 1835. A prometida autonomia não se concretizou por completo.

Após a intervenção da Regência, no governo provincial do Rio Grande do Sul, ressentimentos foram trazidos à tona, principalmente os de natureza econômica. As taxas tributárias desfavoráveis ao principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, o charque, geraram revoltas.

Com tal encargo tributário, o charque gaúcho tornava-se pouco competitivo no mercado consumidor do centro e norte do País, uma vez que o Brasil importava da Argentina e região platina o mesmo produto, colocando-o no mercado consumidor a menores preços. Ou seja, o charque rio-grandense, sem poder de concorrência frente ao mesmo produto estrangeiro, causava prejuízos à economia da província gaúcha.

O período regencial ficaria marcado por disputas provinciais que questionavam a concentração de poder no Rio de Janeiro. Os conflitos regionais disseminados ao longo do país, todos reivindicando reformas constitucionais e maior autonomia provincial, agravaram-se. Muitas delas assumiram caráter separatista.

Passa a ser crescente a adesão ideológica do meio intelectual e político contra o regime imperial. Por meio da imprensa, reivindicavam a implantação de um Estado Federal e um regime político de governo republicano.

Sem expectativa de atendimento de suas demandas pelo Poder Regencial, em 20.09.1835, parte da elite rio-grandense, em sua maioria integrante do Partido Liberal, declarou guerra ao centro do poder central.

Liderados pelo estancieiro e militar Bento Gonçalves da Silva, lutaram por maior autonomia e, na sequência, por um Estado independente sob regime político republicano

Após a ascensão de Dom Pedro II ao poder (1840), o Brasil passou por um período de “calmaria”, com pacificação e acordos com as elites regionais

que aceitaram a sujeição a um centro de poder recebendo em troca a liberdade de continuarem a explorar a mão de obra escrava africana sem restrições.

Ao iniciar o segundo Reinado, existiam apenas dois partidos políticos de abrangência nacional: Partido Conservador (Saquaremas) e Partido Liberal (Luzias).

Os Conservadores ficaram conhecidos por serem adeptos às vontades do poder centralizador imperial; os Liberais eram considerados progressistas, favoráveis a uma certa e contida descentralização, em favor de maior autonomia das províncias brasileiras, alguns até flertando com o pensamento federalista, defendido por aqueles que pregavam novas formas de governar o país.

Apesar das aparentes diferenças político-partidárias, Conservadores e Liberais revezavam-se no Poder Parlamentar da União e das Províncias; dividiam-se entre representações de elites socioeconômicas, via de regra agrárias, não oferecendo qualquer oposição significativa ao Governo Imperial. Tampouco apresentavam alternativas concretas para implantação de políticas públicas constitucionais ou reformas e modernizações nas gestões administrativas e financeiras, direcionadas às Províncias.

O movimento revolucionário do Rio Grande do Sul iniciado em 1835, ainda no período regencial, perdurou por longos 10 anos; ao final, por intervenção do jovem imperador D. Pedro II, o então Barão de Caxias foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1845, assinou um tratado de paz com os rebeldes. Esses, derrotados, aceitaram as condições propostas por Caxias: os oficiais rebeldes mantiveram suas patentes militares anteriores à revolução, sendo perdoadas as dívidas dos mesmos.

Quanto aos impostos sobre o charque, o governo imperial estabeleceu imposto de importação de 25% sobre o charque platino, fato que satisfez os estancieiros rebeldes.

O trecho a seguir transcrito demonstra que, apesar da federação ser um regime bem visto por parte da elite sul-riograndense, nem todas as ideias estrangeiras eram aceitas, como a democracia.

Mediante as palavras de Joaquim Francisco de Assis Brasil, político republicano que publicou seu livro pela primeira vez em 1882, vemos a presença de italianos como Tito Lívio de Zambecari:

"No Rio Grande, a federação era a ideia culminante dentre todas as aspirações liberais. Nada, porém, autoriza a crer que houvesse por esse tempo definidas convicções republicanas; antes o certo é que, com exceção de Zambicari e de alguns outros, discípulos seus, em pequeno número, a democracia era repelida por todos os patriotas liberais. Tito Livio de Zambicari era um italiano de família ilustre e tinha o título de conde.

Afirmam alguns que pertencia aos carbonários italianos. O certo é que era homem de vasta erudição e talento.

Patriota extremado, havia se comprometido gravemente 'nos sucessos que tiveram lugar' na Europa em 1830. Condenado à morte, conseguiu evadir-se para a América, vindo logo fixar-se no Rio Grande. Ocupou-se nos primeiros tempos de estudos de ciências naturais, em que era muito versado, dedicando-se especialmente à botânica.

As ideias mais adiantadas discutiam-se e defendiam-se em sociedades secretas, com aparências de maçonaria. A de Porto Alegre, a que pertenciam os primeiros personagens da política exaltada, chamava-se Continentinos; as de Rio Grande, Pelotas, Rio Pardo e Jaguarão, intitulavam-se dos Defensores da liberdade e independência.

Zambicari, filiado desde logo ao Continentinos e talvez seu instituidor, era assíduo a todas as sessões, onde lia memórias e pregava em repetidos discursos ideias abertamente republicanas.

Muitas vezes, contrariado por algum dos seus confrades, sustentou com cintilante eloquência longas polemicas doutrinárias. Na imprensa jornalística, onde continuamente aparecido artigos seus, era, com as

necessárias reservas, os mesmos princípios que pregava. Levado por esse sentimento quase fanático de cosmopolitismo que foi tão comum aos homens daquela época e que também dominava Garibaldi, Rosseti, Griggs e tantos outros estrangeiros que servirão à Republica Rio-grandense, Zambicari fez-se amar de todos os patriotas do Rio Grande, e pode ser considerado o seu verdadeiro e real director mental. Assim explica-se o influxo que exercia o no Rio Grande as doutrinas da Jovem Italia de Mazzini: aparecido ali através de Zambicari." (ASSIS BRASIL, 1981, p. 54).

O 2º Reinado mostrava-se cada vez mais fragilizado diante de problemas e contradições internas, como a manutenção da escravidão e a aspiração por poder de grupos militares. A crise política trazia em seu bojo a questão econômica, ocasionando o fracionamento do Partido Liberal.

Passa a ser crescente a adesão ideológica do meio intelectual e político contra o regime imperial. Por meio da imprensa, reivindicavam a implantação de um Estado Federal e um regime político de governo republicano.

No período de 1840 a 1889, durante o 2º Reinado, o Brasil expressava cenário sócio-econômico positivo, em razão dos seguintes fatores dominantes:

... e lá vem história... querem ler mais sobre nossa história e cultura?